

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E CRISE SANITÁRIA: O IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NOS ESTUDANTES RESIDENTES NA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO

Kárita Bruno de Souza Junqueira¹

Diego Pinheiro Alencar²

RESUMO

A presente pesquisa visa compreender os impactos causados em face da pandemia de COVID-19 (iniciada em março de 2020) na educação. Na qual se delinea o cenário do território brasileiro de forma geral, com foco no estado de Goiás e seus municípios, Goiânia (capital) e São Luís de Montes Belos, respectivamente. A última cidade foi escolhida e se justifica, pois esta pesquisadora é residente do município. Sendo assim, inicialmente o estudo tem a finalidade de fazer um levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica sobre a potencialização das desigualdades educacionais e sociais (que já eram fenômenos enraizados em nosso país), do agravamento da exclusão escolar e digital, evidencia o crescente número de famílias em situação de extrema pobreza, bem como, dados preocupantes que apontam que as crianças foram impactadas severamente, devido à falta do convívio social, com a migração do ensino presencial para o remoto, desencadeando distúrbios como ansiedade; excesso de peso; episódios depressivos; falta de concentração, entre outros. Dessa forma, gera uma situação de alerta com as lacunas causadas pela pandemia na formação de crianças e jovens. Retrata também a taxa de analfabetismo no país. No entanto, a pesquisa revela que a inacessibilidade a educação ou a educação de qualidade, mesmo com as políticas públicas aplicadas, refletiram no aumento da exclusão escolar de crianças e jovens.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Exclusão. Crianças.

ABSTRACT

This research aims to understand the impacts of the COVID-19 pandemic (started in March 2020) on education. In which the scenario of the Brazilian territory is outlined in general, focusing on the state of Goiás and its, Goiânia (capital) and São Luís de Montes Belos, municipalities, respectively. The last one was chosen and is justified, as this research city is a resident of the municipality. So, first, the digital study has the purpose of doing data research through our bibliographic research on our inequality of social and social inequalities. from families in extreme poverty, as well as children of data were worrying that point out how they affect severely, due to face-to-face teaching, with anxiety at the lack of face-to-face teaching to the remote, triggering disturbances; overweight; loved ones; lack of concentration, among others. In this way, it generates an alert situation with the gaps that marked a pandemic in children and young people. It also portrays the illiteracy rate in the country. However, the research reveals that the inaccessibility to education or the education of young people with the policies applied, also reflected in the increase in the quality of school exclusion of children and young people.

Keywords: Education. Pandemic. Exclusion. Children.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Iporá.

E-mail: kritabrunodesouza@yahoo.com.br

²Graduado e Doutor em Geografia. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Iporá. E-mail: diego.alencar@ifgoiano.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A realização dessa pesquisa tem o propósito de elucidar as desigualdades educacionais, digitais e sociais, sentidas pelos estudantes do município de São Luís de Montes Belos – GO, diante da pandemia de COVID-19, com início em março de 2020. Desta forma, será apresentado no decorrer da pesquisa dados que comprovam a crise sanitária, os maiores desafios da educação em relação a migração do ensino presencial para o remoto, o agravamento da situação de pobreza e extrema pobreza no município, refletindo um cenário visivelmente desigual entre os educandos.

Destaca também a dicotomia entre a educação urbana e do campo, que evidencia a vulnerabilidade e a falta de acesso à rede de internet para a admissão na sala de aula em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por partes dos estudantes da zona rural. Demonstra a redução parcial ou total da renda familiar o que concorre para evasão escolar, o que portará um impacto negativo a longo prazo, em decorrência da não formação desses jovens.

Ademais, aponta discussões que abordam temas relacionados a saúde mental das crianças e jovens, que sofrem com algum diagnóstico de transtorno mental, que foi gerado ou agravado em decorrência da pandemia. Fato que elevou os casos de suicídio nessa faixa etária (entre 10 e 19 anos de idade). E, a carência de políticas públicas voltadas para essa área. Claramente um dano imensurável para toda essa geração. Sendo assim, a sociedade precisa ter acesso à educação de qualidade, que proporcione os mesmos direitos à todos cidadãos brasileiros, independentemente da localização geográfica em que se encontrem no território nacional, pois ao contrário, irá fomentar a pobreza ao invés de erradicá-la.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Notoriamente, quando nos referimos à educação básica, o desafio foi imensamente mais potencializado, pelo fato de não haver precedentes, modelos, métodos e metodologias de ensino remoto ou EAD para educandos, dessa faixa etária. É salutar dizer que muitos são os impactos da pandemia em relação à exclusão escolar, posto que com a migração do ensino presencial para o remoto, tornou-se um grande obstáculo para o acesso de todos ao ensino. Nesta perspectiva, Souza (2020), comenta que:

Com a emergência da pandemia, escolas precisaram se organizar para migrar para o ensino com o uso das tecnologias digitais. Esta migração gerou uma transposição de

práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem, o chamado ensino remoto. (SOUZA, 2020, p. 4).

Nesse âmbito, as escolas migraram do ensino presencial para o remoto, onde ficaram nítidas as desigualdades de oferta e acesso ao ensino à distância. Portanto, a exclusão digital se tornou ainda mais severa em relação aos impactos negativos em face da pandemia de COVID-19. Como aponta a Vice-Secretária-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Mohammed (2021), para a Assembleia Geral na data 27 abril de 2021. Relata: “Quase metade da população mundial, 3,7 bilhões de pessoas, a maioria mulheres, e a maioria nos países em desenvolvimento, ainda estão *offline*”.

Salienta Mohammed (2021): “Sem uma ação decisiva da comunidade internacional, a exclusão digital se tornará “a nova face da desigualdade”. Sendo assim, é possível afirmar que para o desenvolvimento da sociedade é preciso garantir o acesso a conectividade, ao passo, que sem ela não existe desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Mohammed (2021) assevera:

“Agora, mais do que nunca, precisamos de uma 'prefeitura' global para endereçar essas questões e capitalizar o potencial transformador da tecnologia para criar novos empregos, impulsionar a inclusão financeira, diminuir a diferença de gênero, incentivar uma recuperação verde e redesenhar nossas cidades”, disse ela. (MOHAMMED, 2021).

Logo, uma das maiores dificuldades de fato, foi essa migração do ensino presencial, para o remoto, bem como, a conectividade ou a falta dela. Sendo assim, é importante salientar que as estratégias adotadas em grande parte das instituições de educação, para a migração do ensino presencial para o remoto, tais como as: plataformas digitais *Google Meet* e *Zoom*, bem como aplicativo *WhatsApp*, entre outras, permitiram a interação entre professor/estudante, de certa forma, amenizando a falta desse contato físico. Essas ferramentas foram (são) imensamente fundamentais para o acolhimento e ensino/aprendizagem dos educandos, principalmente nos momentos de total isolamento social. Pois, a tecnologia propiciou este desenvolvimento.

Porém, com essa nova realidade, escolas fechadas, e o ingresso no ensino remoto, crianças, jovens e adolescentes, aumentaram significativamente o tempo em frente às telas de celulares, computadores, *tablets*, etc. Vale ressaltar, que o Brasil registrou 190 dias sem aulas

presenciais em 2020, um dado alarmante, que resultou em várias lacunas de aprendizagens devido à falta de intervenção pedagógica e políticas públicas.

Desse modo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – (UNESCO) discorre:

Nesse caso, não se trata do número médio de dias sem aula presencial, mas do número total de dias em que todas as escolas da educação básica do país permaneceram fechadas, ou seja, sem atividades presenciais, por orientação governamental em função da pandemia de COVID-19 entre março de 2020 e maio de 2021. De 210 países com dados coletados, somente 15 países informaram um número total de dias de fechamento das escolas maior do que o do Brasil. Cuba e Argentina, por exemplo, registraram 75 e 110 dias sem atividades presenciais durante esse período, respectivamente. No México, foram 265 dias de fechamento das escolas e no Brasil houve um total de 190 dias. (UNESCO. IBGE, 2021. p. 77).

Entretanto, em face do ensino remoto, estudos apontam que as crianças apresentam crises de ansiedade; excesso de peso; problemas de concentração; episódios depressivos; distúrbios do sono; e problemas de aprendizagens. Vale ressaltar que muitas dessas crianças além do convívio social, também foram privadas de uma alimentação saudável que era ofertada na escola. Resultando no agravamento da evasão escolar.

Dessa maneira, de acordo com o Dr. Brites (2021) a pandemia de COVID-19 impactou negativamente a educação, principalmente quando falamos em educação infantil, onde as crianças estão em pleno desenvolvimento e formação intelectual, psíquico-motora, cognitiva, e precisam ter interação social com outras pessoas, para que assim, possam ser incentivadas para o desenvolvimento de todas as competências e habilidades referentes à faixa etária.

Desse modo, levando em consideração todo esse cenário pandêmico, é preciso avaliar a saúde mental das crianças e adolescentes, que passaram (e passam) por tantas mudanças ao longo dos anos, desde o início da pandemia em março de 2020.

Como aponta o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

Segundo as últimas estimativas disponíveis, calcula-se que, globalmente, mais de um em cada sete meninos e meninas com idade entre 10 e 19 anos viva com algum transtorno mental diagnosticado. Quase 46 mil adolescentes morrem por suicídio a cada ano, uma das cinco principais causas de morte nessa faixa etária. Enquanto isso, persistem grandes lacunas entre as necessidades de saúde mental e o financiamento de políticas voltadas a essa área. O relatório constata que apenas

cerca de 2% dos orçamentos governamentais de saúde são alocados para gastos com saúde mental em todo o mundo. (UNICEF, 2021).

De acordo com o fundo UNICEF: ‘Impacto da covid-19 na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens é significativo, mas somente a 'ponta do iceberg'. Ao refletir sobre a educação em tempos de pandemia, é primordial dizer que o Estado precisa olhar amplamente para a educação social e desenvolver uma articulação nas áreas políticas de: saúde, assistência e educação, para combater com eficiência todos esses transtornos gerados ou agravados pela pandemia.

A pandemia de COVID-19 teve (tem) uma repercussão de grandes proporções negativas ao tornar ainda mais aparente as desigualdades educacionais, sociais, culturais e socioeconômicas em nosso país.

O impacto foi tão severo que o fundo UNICEF aponta:

Mas se por um lado a pandemia de covid-19 agravou a situação socioeconômica de milhões, por outro ela pôde demonstrar o papel que as circunstâncias e as conexões afetivas – com mães, pais, cuidadoras, cuidadores, amigas e amigos – representam para o fortalecimento da saúde mental da infância à juventude, assim como o impacto negativo que a pobreza e a discriminação têm sobre a felicidade e bem-estar nessa faixa etária. (UNICEF, 2021).

Ressalta que além das intervenções pedagógicas e estatais é preciso contar com o apoio da família dos discentes, para contribuir com a saúde mental de cada um deles. Posto, que a pandemia agravou os casos de transtornos mentais, depressão e até mesmo o suicídio entre crianças e jovens no Brasil. Um dado alarmante, como reverbera o fundo UNICEF.

Embora as instituições de ensino tenham sido surpreendidas com a pandemia de COVID-19 em março de 2020, houve um longo processo gradual para adequação ao novo sistema, mesmo com muitos desafios durante o decorrer das aulas, mas, ainda assim, muitos educandos não conseguiram adaptar ao ensino remoto. Desencadeando desinteresse, desmotivação para os estudos e abandono da escola, o que poderá resultar em uma possível evasão escolar futuramente.

Agência Câmara de Notícias discorre:

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a evasão escolar no Brasil atinge 5 milhões de alunos. Durante a pandemia de Covid-19, esses

números aumentaram em 5% entre os alunos do ensino fundamental e 10% no ensino médio. Para os que ainda estão matriculados, a dificuldade foi de acesso, com 4 milhões de estudantes sem conectividade. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

Entretanto, os impactos da pandemia serão mais evidentes em longo prazo, referente às lacunas de aprendizagens dos estudantes. Posto, que muitos destes estudantes, por pertencerem a famílias em situações de vulnerabilidade, não retornem as escolas. Nesse sentido, é possível dizer que essa geração (crianças e adolescentes) acometida pela COVID-19 terá prejuízos imensuráveis por toda a vida. Desse modo, em nota a Agência Câmara de Notícias:

A representante da Fundação Roberto Marinho na audiência, Rosalina Soares, apresentou dados de pesquisa realizada com os jovens brasileiros que demonstra que, além de todos os problemas de conectividade, muitos alunos deixaram de estudar para trabalhar, pois 45% dos jovens brasileiros estão em famílias que perderam parcialmente ou totalmente sua renda durante a pandemia. Soares alertou para o custo que a não formação desses jovens vai trazer para o País nos próximos anos, e afirmou que é preciso uma ação multidisciplinar para resolver esse problema. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

Nesse âmbito, vale aqui ressaltar a pedagogia de Freire (1987, p.87): "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo", ou seja, é preciso que as escolas adotem uma pedagogia acolhedora, e libertadora proporcionando aos estudantes autonomia no processo de aprendizagem, mesmo que através da conexão via internet.

Nessa vertente, é fundamental que o Estado através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolva um projeto que mobilize uma educação crítica e coerente, garantindo aos educandos autonomia para se sentirem acolhidos e aptos para construir o caminho de desenvolvimento e aprendizagem, mesmo que por meios das ferramentas digitais, fazendo uso da Educação 4.0 totalmente necessária para a formação dos estudantes.

Em decorrência da pandemia de COVID-19 a desigualdade social no Brasil (um fenômeno enraizado há muitos anos no país), aumentou consideravelmente em um ritmo acelerado. De um lado, temos a classe mais favorecida, com acesso à internet e aparelhos tecnológicos para ingressarem nas aulas *on-line*, ambiente espaçoso para estudar, etc. De outro, temos famílias da classe pobre, em estado de vulnerabilidade, passando muitas dificuldades, faltando até mesmo o alimento.

Dessa maneira, para as pessoas mais favorecidas abre-se um leque de oportunidades, no qual usufruem de todos os direitos e garantias fundamentais formalizadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por outro lado, as pessoas menos favorecidas, são excluídas desse quadro de oportunidades, não tendo acesso à educação de qualidade, por consequência, na maioria das vezes não concluem o ensino médio. Então, fazer uma graduação se torna um objetivo cada vez mais inalcançável. Diante disso, a classe de maior poder econômico, conquista cada vez mais diplomas, enquanto a de menor poder aquisitivo, concentra-se em empregos informais.

Deve-se levar em consideração que muitas famílias perderam seus empregos, ou ficaram impossibilitadas de trabalharem fora, para ficarem em casa e cuidarem dos filhos, em consequência do ensino remoto que ficaram expostos.

De acordo com Santana (2020) em sua obra: *Desigualdade Social no Brasil*.
Discorre:

Estima-se que 13 milhões de pessoas ainda estejam na pobreza extrema no Brasil, o que equivale a 6,7% da população do país. Entre as principais causas dessa desigualdade social no Brasil, estão: concentração de dinheiro e poder, poucas oportunidades de trabalho, má administração dos recursos públicos, pouco investimento em programas culturais e de assistência, baixa remuneração. (SANTANA, 2020).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2020) salienta: “A pandemia afetou o acesso a emprego, renda e educação. Cerca de 10% dizem ter tido aulas canceladas e aqueles que permaneceram em aulas online afirmam enfrentar problemas de acesso à Internet”. O Brasil é um país que possui um vasto território com contrastes de classes sociais. Passando por muitas transformações políticas, econômicas e sociais.

O PNUD Brasil apresentou o Relatório COVID-19 e Desenvolvimento Sustentável: Avaliando a crise de olho na recuperação, com uma transmissão ao vivo em seu canal no *YouTube*, no dia 29 de setembro de 2021. O relatório foi composto por PNUD, UNICEF, UNESCO e Organização Pan- Americana de Saúde (OPAS).

Este Relatório trouxe informações importantes em relação aos impactos gerados pela pandemia de COVID-19 no Brasil, justamente por ser um país tão desigual, a pandemia também foi sentida de maneira desigual por seus habitantes, de acordo com a situação, socioeconômico de cada um.

A representante do Fundo UNICEF Bauer (2021) discorre:

Embora agente saiba que as crianças não foram as mais afetadas pelo o vírus em si. Elas são as mais afetadas pelos os outros impactos indiretos de toda essa situação que a pandemia trouxe. De alguma forma, são vistas como vítimas ocultas dessa situação. De acordo que uma pesquisa realizada pela UNICEF junto com IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) relata que 56% das famílias tiveram redução das suas rendas. E aquelas com crianças sobem para 64%. O Brasil é um dos países que ficou com o período mais longo de fechamento das escolas. A UNICEF se posicionou rapidamente sobre o impacto trágico que estava tendo o país. E, também impactos em outras direções, a própria nutrição, quase a metade de crianças e adolescentes que não tiveram acesso a merenda escolar. E, sabemos que para muitas crianças e adolescentes, essa é a refeição principal. Então, isso tem um impacto profundo e dá um alerta, porque não ter a alimentação adequada nessa fase devida, que é a fase do desenvolvimento da criança, pode ter impacto na saúde para o resto da vida. Risco de desenvolver uma série de doenças mais para frente. (UNICEF, BAUER, 2021).

Destarte, no Selo UNICEF (2021 – 2024) salienta medidas de intervenções para a promoção ativa da saúde mental através destes três pilares: educação, saúde e assistência social. Ressalta:

- Promover acolhimento e escuta qualificada para garantir a proteção dos adolescentes e jovens desde a primeira infância;
- Apoiar escolas, mães e pais e cuidadores a romper os estigmas sobre o tema da saúde mental e a promover o fortalecimento emocional por meio do desenvolvimento das habilidades para a vida que reforcem o autocuidado, o cuidado com seus pares e a autoconfiança para assumir e enfrentar desafios;
- Integrar essas ações com o objetivo de fortalecer as políticas públicas que promovam bem-estar e saúde mental nessa faixa etária. (UNICEF, 2021).

Para abrandar as desigualdades sociais, se faz necessário discorrer sobre inclusão digital, para tanto, é fundamental entender o significado da sigla TIC. De acordo com Pacievitch (2018) significa: “Tecnologia da informação e comunicação (TIC) pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum”.

Em 17 de abril de 2018, no Canal Futura, o programa Conexão apresentado por Karen de Souza, entrevistou a coordenadora do Instituto de Tecnologia do Rio de Janeiro, Luiza Mesquita, e o diretor Bernardo Sorj, do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, sobre as desigualdades existentes na sociedade, que resultam com a exclusão digital de milhares de brasileiros. Souza apresenta dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Apontando:

De acordo com a Anatel, a cada 1% de aumento no acesso à internet, há um crescimento adicional de até 0,19% do Produto Interno Bruto do país. Dados da PNAD de fevereiro de 2017 mostraram que 63 milhões de brasileiros não usaram a internet em 2016. (SOUZA, Karen de. *Apud* Anatel. PNAD, 2016).

Com o impacto da pandemia de COVID-19 a inclusão digital tornou-se um desafio imensamente maior para o Estado, levando em consideração que o país já constava uma grande parte da população, sem acesso a tecnologias digitais, potencializou essas distinções, ao fato que nas famílias mais pobres, existe a exclusão de letramento digital, ou seja, os responsáveis pelos estudantes não possuem na maioria das vezes a capacidade cognitiva para utilizar as ferramentas digitais.

Portanto, é significativo dizer que existe milhões de lares de crianças sem acesso à internet, e isso tem um grande impacto na educação, como também ao acesso de oportunidades. Nesse sentido, notoriamente algo precisa ser feito, para resolver e amenizar os agravos da pandemia. O professor Siqueira do Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da USP, em entrevista ao Jornal da USP, menciona em relação ao aprendizado dos alunos:

O que tínhamos antes da pandemia já era uma situação escabrosa, que deveria nos deixar perplexos, na educação brasileira. Há, no Brasil, um exame para verificar o aprendizado dos estudantes. Analisando os dados coletados no último exame sobre um recorte de renda, pouquíssimos dos alunos mais pobres conseguiam nomear frutos após os primeiros três anos do ensino fundamental. (SIQUEIRA, Ivan Claudio. Exclusão digital: pandemia impôs mais uma lacuna aos estudantes de baixa renda. Jornal da USP, 2021).

Na perspectiva de Siqueira (2021) os alunos de baixa renda foram os mais afetados pela pandemia, pois, em razão das aulas remotas, se tornou indispensável o uso de aparelhos eletrônicos (computador, *notebook*, celular, *tablet*, *smartphone*) para o ingresso destes na aula. Vale salientar, que a maioria dos alunos de baixa renda quando possuem algum aparelho, é apenas o *smartphone*, ou seja, a aprendizagem fica comprometida. Ao passo que, não possuem pacotes de internet, e sim, apenas dados móveis, fazendo com que não consigam acessar as aulas virtuais. Seja por uma internet instável, que não suporta o período de ingresso nas aulas, ou seja, pela própria inacessibilidade.

Siqueira (2021) aponta:

Nós não temos, no Brasil, projetos que incluam todos os segmentos populacionais naquilo que é o básico. A educação é um elemento fundante para a própria sobrevivência, para as oportunidades de trabalho, para seu entendimento enquanto pessoa e para fruição e exercício da cidadania, como está na nossa Constituição. (SIQUEIRA, Ivan Claudio. Exclusão digital: pandemia impôs mais uma lacuna aos estudantes de baixa renda. *Jornal da USP*, 2021).

A exclusão digital é um assunto que esteve sempre em discussão, em face da pandemia de COVID-19 aumentou significativamente. E, estima-se que muitas crianças estejam ficando para trás, em relação aos estudos.

Em entrevista à Revista *Forbes*, O norte-americano Khan, líder da organização sem fins lucrativos *Khan Academy*, maior escola virtual do mundo com uma base global de mais de 100 milhões de alunos, com conteúdo gratuito para as disciplinas de matemática, ciências e português. Fala sobre a exclusão digital e seus impactos na educação: “Quando investigamos as causas de problemas como desigualdade socioeconômica ou de gênero, na maioria das vezes isso se deve ao fato de que as pessoas não estão atingindo seu potencial na vida – e a educação é o grande amplificador para o potencial humano”.

Khan (2021) faz uma análise do cenário atual e visualiza um mundo pós-COVID, onde continuarão as aulas com auxílio das ferramentas digitais, e defende que a educação será no formato híbrido, isto é, as crianças que ficarem doentes (porque crianças adoecem ao longo da vida) poderão assistir às aulas de casa via computador, celular, etc. Conclui que o melhor sistema para a educação é presencial, pois muitas aprendizagens ficam implícitas ao currículo. Como por exemplo: o convívio com os outros colegas, gerando vínculo afetivo, o trabalho em equipe, desenvolvendo a coletividade, e conta que é possível fazer leituras faciais, o que é fundamental para os laços das crianças que estão em formação.

Entretanto, as aulas *on-line* permanecerão para que se possam alcançar todas as crianças e assim diminuir a exclusão digital, que se tornou um abismo entre as crianças de baixa renda. Acabar com a exclusão digital é um grande desafio para o Estado, mas fundamental para diminuir a evasão escolar, e a partir da inclusão escolar e digital com equidade, atendendo a toda população estudantil do Brasil.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada através de levantamentos de dados de revisão bibliográfica, revisão documental e coletas de dados secundários. Dessa maneira, refere-se a

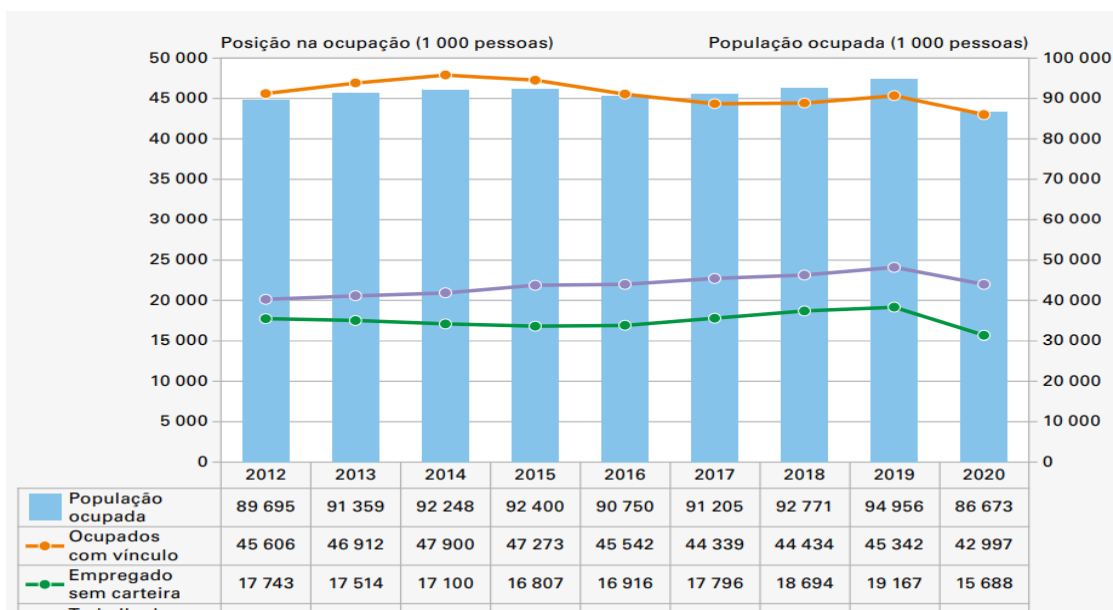
alguns artigos da legislação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como a Lei N° 9.394/1996 (LDBEN), e também faz uma análise aos dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), etc.

Discorre sobre dados importantes apontados pela Organização das Nações Unidas (ONU); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outros. A pesquisa se enquadra no tipo qualitativa e seu processo de construção ocorreu de acordo com os pressupostos metodológicos de Freire (1987). Sendo assim, visa compreender a potencialização das desigualdades educacionais e crise sanitária em decorrência da pandemia de COVID-19.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil no enfrentamento da pandemia de COVID-19 passou (e ainda passa) por grandes desafios, tais como: garantir o acesso à educação, saúde, trabalho, moradia, alimentação, etc. Porém, com as desigualdades sociais, econômicas, culturais, educacionais, já instaladas historicamente no país, diante da pandemia avançaram severamente. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: “Pessoas que antes estavam ocupadas passaram para a desocupação ou se retiraram da força de trabalho, perdendo os rendimentos correspondentes ao trabalho. (...), fator decisivo para o aumento da pobreza e da extrema pobreza em larga escala”.

Gráfico 1 - População ocupada total, ocupados com vínculo, empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria - Brasil - 2012-2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2020. Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e de quintas visitas em 2020.

De acordo com o gráfico acima é possível afirmar que houve perda expressiva de ocupações. Levando a população a trabalhos informais. O que reflete diretamente na educação, evidenciando a exclusão escolar. Dessa maneira, de acordo com pesquisa realizada pela Secretaria de avaliação e gestão da Informação – SAGI aponta que no Brasil houve um aumento significativo de Famílias Inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza. Na Tabela 1 apresenta as famílias inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza.

Tabela 1 - Famílias em situação de extrema pobreza

Famílias Inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza	
Brasil	
Referência	
01/01/2018	12.597.923
01/01/2019	12.948.788
01/01/2020	13.574.601
01/01/2021	14.010.973

Fonte: Ministério da Cidadania (2021).

Como disposto na tabela acima, o Brasil teve uma crescente em relação aos números de famílias inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza. E, os critérios adotados para que as famílias possam se inscrever nesse programa é ter renda per capita até R\$ 89,00 (valor este que daria menos de R\$ 3,00/dia), constatando assim, o status de extrema pobreza. Como aborda o IBGE (2021, p. 60): “No momento da conclusão deste texto, para serem elegíveis ao programa, as famílias deveriam ter renda familiar per capita de até R\$ 178, sendo consideradas extremamente pobres aquelas com renda per capita até R\$ 89”.

Observando o Estado de Goiás e seus respectivos municípios: Goiânia e São Luís de Montes Belos, no quadro de Famílias Inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza, por meio de pesquisa realizada pela SAGI, delineiam-se o aumento expressivo no número de famílias inscritas.

Tabela 2 - Cadastro Único de famílias em extrema pobreza

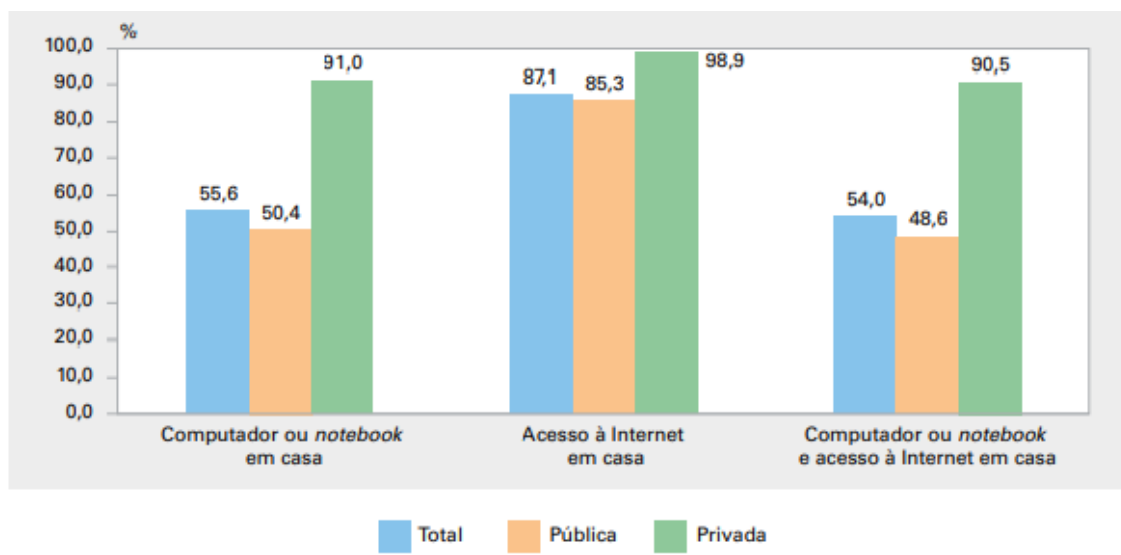
Famílias Inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza					
Goiás		Goiânia		São Luís de Montes Belos	
Referência		Referência		Referência	
01/01/2018	221.777	01/01/2018	15.327	01/01/2018	676
01/01/2019	221.745	01/01/2019	18.627	01/01/2019	717
01/01/2020	234.928	01/01/2020	22.496	01/01/2020	919
01/01/2021	243.951	01/01/2021	25.580	01/01/2021	1084

Fonte: Ministério da Cidadania (2021).

Em consonância com a Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira- IBGE (2021): “O Brasil está entre os países que tiveram o maior período de suspensão das aulas presenciais de acordo com os dados do monitoramento global do fechamento de escolas causado pelo novo coronavírus”. Nesse sentido, vale ressaltar que em pesquisa realizada pelo IBGE (2021) entre estudantes de escolas públicas e privadas, em relação ao ingresso às aulas remotas, com acesso simultâneo a computador ou notebook e internet, constatou demasiada desigualdade ao direito à educação.

Em face que a educação é um direito de todos de acordo a Constituição federal Brasileira/1988, disposto no “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Medidas precisam ser tomadas para garantir esse direito. Observa no gráfico abaixo o percentual entre estudantes de 15 a 17 anos de idade com acesso simultâneo a computador ou notebook e Internet, de escolas públicas e privadas. Revelando um ensino desigual, onde os estudantes da rede pública se encontram vulneráveis com a inacessibilidade a oferta de educação.

Gráfico 2 - Percentual de estudantes de 15 a 17 anos de idade com acesso simultâneo a computador ou notebook e Internet, segundo as características selecionadas – Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

A pesquisa realizada pelo IBGE aponta:

Além da rede de ensino, o perfil socioeconômico dos estudantes evidencia a desigualdade de condições tecnológicas para acompanhar apropriadamente as atividades pedagógicas fora de sala de aula. O percentual de estudantes de 15 a 17 anos com acesso simultâneo a computador ou notebook e Internet em casa na área urbana foi mais do que o dobro da área rural, 56,0% e 23,3%, respectivamente (Gráfico 13 e Tabela 3.15). O acesso é duas vezes e meia maior caso a mãe possuíse ensino superior completo se comparado a ter ensino fundamental incompleto, 83,8% e 34,0%, respectivamente. Estudantes brancos dessa faixa etária apresentaram percentual de 67,3% para acesso simultâneo a computador ou notebook e Internet no domicílio, enquanto estudantes pretos ou pardos tinham 46,8%, uma diferença de 20,5 pontos percentuais. (IBGE- 2021, p. 88).

Logo, os dados comprovam o agravamento das desigualdades digitais em face da pandemia de COVID-19, tamanho é o desafio da inclusão digital. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019), relatam: “Um quinto dos brasileiros entrou na pandemia sem acesso à internet”. Assevera:

A ausência de conexão foi um dos empecilhos encontrados por alunos quando as escolas ficaram fechadas pela pandemia. Entre os estudantes de 10 anos ou mais, que passaram a depender de aulas e atividades educacionais remotas, 4,3 milhões não acessavam a internet, quase todos eles da rede pública (95,9% ou 4,1 milhões). Na rede de ensino privada, 174 mil estudantes com ao menos 10 anos de idade estavam desconectados no pré-pandemia. (EXAME apud IBGE, 2019).

Os Estados Membros da ONU comprometeram-se a adotar a chamada Agenda Pós-2015, que visa o cumprimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. São eles: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura sustentável; Saúde e Bem-Estar; Educação de qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível;

Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Redução das Desigualdades; Cidades e Comunidades sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; Paz, Justiça e Instituições Eficazes; Parcerias e Meios de Implementação.

O Fundo UNICEF assegura que ainda é possível atingir esses objetos até 2030, e para isso se faz necessário políticas globais que promovam a dignidade da pessoa humana, a equidade, para que todas as crianças e jovens tenham oportunidades justas, e assim possam constituir uma sociedade sustentável. Entretanto, no cenário brasileiro as Tecnologias de informação e comunicação (TIC) COVID-19 (2020) apontam:

As desigualdades de acesso dos estudantes a dispositivos conectados são marcantes: três quartos dos usuários de Internet com 16 anos ou mais das classes DE (74%) acessavam a rede exclusivamente pelo telefone celular, percentual que era de 11% entre os usuários das classes AB. (TIC COVID-19, 2020).

A discussão em relação às desigualdades existentes em nosso país é um assunto decorrente em todas as esferas políticas e sociais, sempre procurando medidas e ações que as diminuam. A ODS pretende erradicar a pobreza extrema no mundo até 2030. Porém, os resultados de pesquisas atuais, mostram que será um grande desafio cumprir esse objetivo. Ao passo, que a pobreza e a extrema pobreza crescem avassaladoramente em todo o globo, sendo mais severa nos países subdesenvolvidos.

De acordo com estudo realizado pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) no ano de 2017, no qual aponta o número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras e escolaridade do produtor. Delineando a realidade do Brasil Agrário como um todo e especificamente, o município de São Luís de Montes Belos - (Goiás).

A pesquisa revela entre tantos outros fatores, a dicotomia entre o produtor (homem) e a produtora (mulher) em relação à escolaridade. Desse modo, é possível analisar através dos dados informados na tabela abaixo, que apenas a minoria (das mulheres produtoras) concluiu o Sistema Regular de Ensino Médio (ou 2º grau), e dessa minoria, apenas uma pequena parcela de mulheres conquistaram a graduação.

Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras e escolaridade do produtor					
Variável - Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)					
Ano - 2017. Tipologia - Total					
Brasil e Município	Condição do produtor em relação às terras	Escolaridade do produtor	Sexo do produtor		
			Total	Homens	Mulheres
Brasil	Total	Total	5073324	4110450	946075
		Nunca frequentou escola	783925	623313	160612
		Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	302936	252851	50085
		Regular de ensino médio ou 2º grau	643454	510476	132978
		Superior - graduação	283209	229179	54030
	Proprietário(a)	Total	4108639	3341256	754191
		Nunca frequentou escola	625499	494108	131391
		Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	251074	211215	39859
		Regular de ensino médio ou 2º grau	509326	407635	101691
		Superior - graduação	250646	203399	47247
São Luís de Montes Belos (GO)	Total	Total	1212	1023	186
		Nunca frequentou escola	49	37	12
		Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	128	112	16
		Regular de ensino médio ou 2º grau	266	230	36
		Superior - graduação	166	126	40
	Proprietário (a)	Total	1074	893	178
		Nunca frequentou escola	41	30	11
		Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	110	94	16
		Regular de ensino médio ou 2º grau	238	205	33
		Superior - graduação	156	117	39

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Tabela 3 - Escolaridade do produtor por tipologia, sexo do produtor

Nesse sentido, é assertivo dizer que a vida na zona rural, tem um índice elevado de pessoas que não tiveram acesso à educação em sua totalidade. Seja pela falta de escolas rurais, ou até mesmo a inacessibilidade a transportes públicos, que levariam os estudantes das zonas rurais para a escola na zona urbana. Ademais, em relação ao município de São Luís de Montes Belos – (Goiás), com as fortes chuvas, a infraestrutura das rodovias (estaduais/municipais) sofre desgastes, impossibilitando o tráfego desses estudantes.

Entretanto, a educação das pessoas que residem no campo, constantemente encontra maiores desafios em razão de diversos fatores, tais como: meio de transporte; rodovias de difícil acesso, a distância entre o domicílio e a escola, energia, internet, etc. Sendo assim, com

a chegada da pandemia de COVID-19 em março de 2020, com a migração do ensino presencial para o remoto, muitas famílias do campo foram severamente prejudicadas, por não possuírem estrutura necessária para o acesso às aulas online. Nesse sentido, com o disposto no artigo 3º da Lei 7.352/10:

Art. 3º Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial: **I-** reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar; **II-** fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental; **III-** garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; e **IV-** contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo. **Parágrafo único.** Aos Estados, Distrito Federal e Municípios que desenvolverem a educação do campo em regime de colaboração com a União caberá criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto. (BRASIL, 2010).

Portanto, além das dificuldades apontadas pelas pessoas que vivem no campo, que têm atividades voltadas para a agricultura e pecuária, não possuem tempo suficiente para dedicarem-se à educação, em face de que necessitam dessas atividades para o próprio sustento. E, em decorrência da pandemia essas desigualdades (educação de pessoas da zona rural/pessoas da zona urbana) ficaram transparentes.

Vale ressaltar, que durante a pandemia os estudantes foram acompanhados apenas de forma online por seus professores, ou seja, precisaram contar com o apoio dos pais ou responsáveis com as atividades escolares (tarefas impressas, atividades do livro didático, pesquisas, etc). Porém, em pesquisa realizada pelo IBGE (2015), retrata a situação da população municipal do Brasil, alfabetizadas e não alfabetizadas com 15 anos ou mais. A Tabela 4 apresenta resultados de Goiânia e São Luís de Montes belos.

Tabela 4 - Taxa municipal de pessoas não alfabetizadas

População municipal de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade e Taxa municipal de analfabetos com 15 anos ou mais de idade				
Código IBGE	UF	Município	População analfabeta com 15 anos ou mais de idade	Porcentagem de analfabetos com 15 anos ou mais de idade

5208707	Goiás	Goiânia	39.014	4,8
5220108	Goiás	São Luís de Montes Belos	2.325	12,0

Fonte: IBGE apud MPPR (2015).

Na Tabela 5 é possível analisar o número de estabelecimentos, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor.

Tabela 5 - Escolaridade do produtor

Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor.

Variável - Número de estabelecimentos agropecuários. (Unidades)

Escolaridade do produtor / Ano – 2017/ Tipologia - Total

Brasil e Município	Escolaridade do produtor	Sexo do produtor		
		Total	Homens	Mulheres
Brasil	Total	5073324	4110450	946075
	Sabe ler e escrever - sim	3891815	3180113	711702
	Sabe ler e escrever - não	1164710	930337	234373
	Regular do ensino fundamental ou 1º grau	970673	780080	190593
	Regular de ensino médio ou 2º grau	643454	510476	132978
	Superior - graduação	283209	229179	54030
	Total	1212	1023	186
São Luís de Montes Belos (GO)	Sabe ler e escrever - sim	1168	992	176
	Sabe ler e escrever - não	41	31	10
	Regular do ensino fundamental ou 1º grau	146	132	14
	Regular de ensino médio ou 2º grau	266	230	36
	Superior - graduação	166	126	40

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário(2017)

De acordo com a pesquisa realizada pela SIDRA (2017), é possível analisar na tabela baixo os seguintes dados: Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais, por tipologia, sexo do cônjuge do produtor, escolaridade do cônjuge do produtor, conclusão do curso que frequentou.

Esses dados revelam que a maioria dos produtores não concluiu o ensino médio, e um número ínfimo ingressaram na graduação. Se tornando um ciclo, ou seja, o produtor do campo desiste da formação acadêmica, em razão das suas atividades laborais. Reflexo de um país de grandes desigualdades sociais, educacionais, econômicas. No qual a falta de acesso à educação, que proporcione os mesmos direitos à todos cidadãos brasileiros, independentemente da localização geográfica em que se encontrem, desde que seja em território nacional, contribuindo com o aumento da pobreza ao invés de erradicá-la.

Tabela 6 - Escolaridade do cônjuge do produtor

Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais, por tipologia, escolaridade do cônjuge do produtor, conclusão do curso que frequentou.							
Variável - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais (Unidades)							
Conclusão do curso que o cônjuge do produtor frequentou - Total							
Ano – 2017/ Tipologia - Total							
Brasil e Município	Escolaridade do cônjuge do produtor						
	Total	Sabe ler e escrever - sim	Sabe ler e escrever - não	Nunca frequentou escola	Regular de ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado
Brasil	1029640	858594	171046	108847	146536	44372	1214
São Luís de Montes Belos (GO)	122	119	3	4	33	15	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Em consonância com Pereira e Castro (2019) em artigo publicado no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), discorrem sobre os indicadores educacionais dos meios rurais e urbanos no Brasil. Dispõem:

As diferenças entre o rural e o urbano no país não se dão apenas nos indicadores educacionais. Em termos gerais, há grandes divergências entre o Brasil urbano e o Brasil rural, como aponta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). 3 Esse índice tem como vantagem a análise dos dados de forma conjunta, pois considera três dimensões de desenvolvimento: longevidade, educação e renda. Tem como aspecto positivo ser um contraponto ao produto interno bruto (PIB), que considera o desenvolvimento limitado ao crescimento econômico, diferentemente do IDHM, que observa este conceito centrado nas pessoas. O IDHM4 brasileiro em 2010 foi de 0,727, valor considerado alto. Porém, ao desagregar os valores por situação de domicílio rural e urbana, observa-se que o IDHM urbano foi de 0,750 (alto IDHM), enquanto o rural foi de 0,586 (baixo IDHM). Essa informação já aponta a grande divergência entre o Brasil urbano e o Brasil rural e a necessidade de se olhar as peculiaridades de cada meio para a implantação de políticas públicas adequadas. (PEREIRA E CASTRO, 2019, p. 2).

Nesta perspectiva a UNICEF relata a situação de reprovados no Brasil e como isso influencia na evasão escolar, com alto índice de reprovação de crianças e adolescentes negros e indígenas. Salienta:

Em 2019, 2,1 milhões de estudantes foram reprovados no Brasil, mais de 620 mil abandonaram a escola e mais de 6 milhões estavam em distorção idade-série. O

perfil deles é bastante conhecido: concentram-se nas regiões Norte e Nordeste, são muitas vezes crianças e adolescentes negros e indígenas ou estudantes com deficiências. Com a pandemia da Covid-19, foi esse, também, o grupo de estudantes que enfrentou as maiores dificuldades para se manter aprendendo – agravando as desigualdades no País. Mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram atividades escolares em 2020. (UNICEF, 2021).

Levando em consideração a pesquisa realizada pela Sidra (2017), é salutar dizer que com o agravamento da pandemia de COVID-19 fez com que quem já estava pobre ficou ainda mais pobre. E, ao voltar o olhar para os estudantes da zona rural, ao analisar o Censo Agropecuário 2017 do IBGE, foi possível constatar que mesmo antes desse cenário pandêmico, estes estudantes já sofriam com os desafios que giravam em torno da busca de uma educação básica de qualidade para todos.

Os resultados devem evidenciar análise e discussão dos dados obtidos. Recursos ilustrativos, como gráficos, figuras ou tabelas, devem ser utilizados apenas quando necessários para efetiva compreensão dos dados, acompanhados de análise indicando sua relevância, vantagens e possíveis limitações. Ressalta-se que, em algumas situações, pode ser desejável separar resultados e discussão em seções independentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade no Brasil aumentou consideravelmente durante a pandemia de COVID-19 impactando negativamente a sociedade brasileira, especialmente a classe mais pobre, em decorrência da sua vulnerabilidade. Conforme mencionado anteriormente o aumento da evasão escolar, exclusão escolar (digital e social), pobreza e do suicídio (crianças e jovens), demonstra que grande parcela da população perdeu parcial ou totalmente a renda familiar, fator que contribuiu para a desistência da permanência na escola, em relação aos educandos do ensino fundamental e médio.

Diante desse cenário é imprescindível avultar as distinções entre a educação urbana e do campo, no município de São Luís de Montes Belos – GO. Pois, é notório que a educação brasileira sofreu danos imensuráveis ao migrar do ensino presencial para o remoto, provocando assim o retrocesso de mais de duas décadas de estudo.

Fato esse, que asseverou ainda mais a situação do educando da zona rural, pois neste contexto, maiores foram os desafios a serem enfrentados em razão de diversos fatores, tais como: rodovias de difícil acesso (dificultando a entrega das atividades escolares impressas,

por meio dos funcionários públicos municipais); estradas vicinais (pontes interditadas); a falta de meios de transportes; a distância entre o domicílio e a escola; a falta de acesso à rede de internet (seja pela localidade geográfica ou pela falta de recursos financeiros), etc.

Todo esse cenário pandêmico aumentou o número de monte-belenses inscritos no Cadastro Único em situação de extrema pobreza. Assim sendo, é visível que novas políticas públicas precisarão ser colocadas em ação, em busca de uma educação de qualidade, justa e igualitária para todos. De modo, que todos possam estar conectados, ao passo que sem essa conexão, não será possível alcançar tal objetivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Notícias. Disponível em: [Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso em 12 Jan. 2022.

BRASIL. IBGE. Censo 2010. Disponível em: [IBGE | censo 2010 | resultados](#). Acesso em: 11 Fev. 2022.

BRASIL. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: [Síntese de Indicadores Sociais | IBGE](#). Acesso em: 11 Fev. 2022.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [*lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf \(senado.leg.br\)](#). Acesso em: 12 Jan. 2022.

BRASIL EM SÍNTESE. Disponível em: [IBGE | Brasil em síntese | educação | taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais. IBGE População 15 ou mais e taxa por município.xls \(mppr.mp.br\)](#). Acesso em: 28 Fev. 2022

Couto, E. S., Couto, E. S., & Cruz, I. de M. P. (2020). #FIQUEEMCASA: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19. *EDUCAÇÃO*, 8(3), 200–217. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>. Acesso em: 07 Jan. 2022.

Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica número 43. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 44).

EXAME. Tecnologias. IBGE: um quinto dos brasileiros entrou na pandemia sem acesso à internet. Disponível em: [IBGE: um quinto dos brasileiros entrou na pandemia sem acesso à internet | Exame](#). Acesso em: 07 Jan. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FORBES. Salman Khan, sobre educação online na pandemia: "o abismo digital vai deixar muitas crianças para trás". Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/01/salman-khan-sobre-educacao-online-na-pandemia-o-abismo-digital-vai-deixar-muitas-criancas-para-tras/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

IPEA. PEREIRA, Caroline Nascimento. CASTRO, César Nunes de. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. Disponível em: [BRUA21 Ensaio5.pdf \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em: 28 Fev. 2022

NAÇÕES UNIDAS, Brasil. Não deixe a exclusão digital se tornar a nova face da desigualdade` alerta a vice-chefe da ONU. Disponível em: [Não deixe a exclusão digital se](#)

tornar 'a nova face da desigualdade', alerta a vice-chefe da ONU | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 07 Fev. 2022.

NEURO SABER. Os impactos da pandemia na educação infantil. Disponível em: Os impactos da pandemia na educação infantil - YouTube. Acesso em 11 Jan. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO- SAGI. Data Explorer. Disponível em: VIS DATA 3 beta (mds.gov.br). Acesso em: 11 Fev. 2022.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 28. Fev. 2022.

SIQUEIRA, Ivan Claudio. Exclusão digital: pandemia impôs mais uma lacuna aos estudantes de baixa renda. Jornal da USP. Ano 2021. Disponível em: [Exclusão digital: pandemia impôs mais uma lacuna aos estudantes de baixa renda – Jornal da USP](#). Acesso em: 13 jan. 2022.

SOUZA, E. P. de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 17, n. 30, p. p. 110-118, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i30.7127. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127>. Acesso em: 13 jan. 2022.

TIC COVID-2019. Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia de Coronavírus. Comité gestor da internet no Brasil. São Paulo, 2020. Disponível em: [*painel tic covid19_3edicao livro eletrônico.pdf \(cetic.br\)](#). Acesso em: 07 Jan. 2022.

UNICEF. Cultura fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdades se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro. Disponível em: [Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro](#). Acesso em: 28 Fev. 2022

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Objetivos do desenvolvimento saudável. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio \(unicef.org\)](#). Acesso em: 07 Jan. 2022.

UNICEF. Impacto da covid-19 na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens é significativo, mas somente a 'ponta do iceberg'. UNICEF; 2021. Disponível em: [Impacto da covid-19 na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens é significativo, mas somente a 'ponta do iceberg' – UNICEF](#). Acesso em: 12 Jan. 2022

UNICEF. Situação Mundial da Criança: crianças em um mundo Urbano. Brasília, DF: UNICEF; 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.